

CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA Y CULTURA EN LA FRONTERA –

1^{er} ENCUESTRO DE LUSITANISTAS ESPAÑOLES

ORGANIZA: Centro de Estudios Portugueses y Decanato de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Extremadura
• PATROCINA: Consejería de Educación, Ciencia y Tecnología de la Junta de Extremadura • **COLABORA:** Institución Cultural "El Brocense" de la Excm. Diputación Provincial de Cáceres

PRESIDENCIA DE HONOR

Excmo. Sr. D. Juan Carlos Rodríguez Ibarra
Presidente de la Junta de Extremadura

COMITÉ ORGANIZADOR

Persidente de la Sección de Estudios Portugueses: Juan M. Carrasco González
Presidente de la Sección de Historia y Cultura: José Luis Sánchez Abal
Vocal: M^a Jesús Fernández García
Secretaria: Maria Luísa Trindade Madeira Leal

PRESIDENCIA DE HONOR DE LA SECCIÓN DE LUSITANISTAS

D^a Pilar Vázquez Cuesta
Profesora Emérita de la Universidad de Santiago de Compostela

COMITÉ CIENTÍFICO

Nicolás Extremera Tapia (Universidad de Granada), Luisa Trias Folch (Universidad de Granada), Ángel Marcos de Dios (Universidad de Salamanca), José Luis Rodríguez (Universidad de Santiago de Compostela), Perfecto E. Cuadrado Fernández (Universidad de las Islas Baleares), Elena Losada Soler (Universidad de Barcelona), Marisol Teruelo Núñez (Universidad de Oviedo), Carlos Paulo Martínez Pereiro (Universidad de La Coruña), Francisco Salinas Portugal (Universidad de La Coruña), M^a Josefa Postigo (Universidad Complutense de Madrid), María Rosa Álvarez Sellers (Universidad de Valencia), Xosé Manuel Dasilva (Universidad de Vigo)

Norma lingüística e (inter-)sistema cultural. O caso galego¹.

Elias J. Torres Feijó

(Universidade de Santiago de Compostela)

O actual debate sobre qual deve ser e como deve ser feita a fixaçon normativa da língua própria da Galiza reúne e oculta ao mesmo tempo umha série de aspectos, os centrais, que, anulados, apresentam essa problemática como umha questom perfeitamente estéril para a comunidade galega. Estéril porque, se o problema em causa é puramente de escolha entre instrumentos neutros e arbitrários sem nengumha implicação de orientação cultural, entom qualquer proposta é possível e legítima se *reflectir* aquilo que pode ser denominado *galego*; por conseqüência, e dentre as duas grandes propostas hoje existentes (a autonomista e a reintegracionista, como assim se autodenominam), a resposta sensata nom pode ser senom que a adopçom dumha ou de

¹ O presente artigo pretende contribuir para a análise e interpretação dos caminhos e problemas que as denominadas normativizaçom e normalizaçom lingüística e cultural apresentam em relação aos instrumentos (mui particularmente aos *normativos*) que para ela se adoptam e postulam, e que aqui exemplificamos com o caso galego. Surgiu do convite que me foi feito pola Aula Castelao de Filosofia, organizadora da XII Semana Galega de Filosofia que decorreu entre 8 e 12 de Abril de 1996 em Ponte-Vedra para expor as minhas ideias sobre o tema na Sessão de "Modelos da língua e a problemática da Estandarizaçom". Foi em orixe um breve texto de aspectos gerais concebido para a polémica, quadro daquela Semana onde ofrecim algumas linhas de força que agora retomo; por isso decidim nom retirar-lhe a carga de opiniom e crítica imediata que el contém, agora pretendendo, porém, nutri-lo, logicamente, com reflexons e esclarecimentos mais pormenorizados.

Se ser parte do sistema que se examina e onde se pretende intervir nom permite nem move, polo menos no meu caso, a cínicos distanciamentos e pretensas objectividades, espero, no entanto, nom ter obscurecido com a opiniom o necessário rigor e a devida fundamentaçom.

outra é indiferente e irrelevante. E, se se partir da presumível bondade de que a língua escrita, normativa, culta, estándar, deve ser a "continuadora da língua falada pela comunidade" (como indicam as *NOMIG*: 9²), a posição sustentada pela Real Academia Galega (RAG) e pelo Instituto da Língua Galega (ILG) em 1982 está mais perto de cumprir esse objectivo. Aceites estes princípios e critérios, a proposta reintegracionista ficaria, na sua *legitimidade galeguista*, invalidada; o seu empenhamento seria caprichoso, bizarro e extemporâneo, umha pura vontade de *incomodar* cujo único resultado, ainda por cima, seria ser extraordinariamente nocivo para o processo de normalização, favorecendo, como triste consequência, a perda do *galego* em todos os âmbitos. Seria pedante inclusive, por exhibir pretensos argumentos histórico-científicos, que nada adiantam para o problema em causa, muito pelo contrário.

Som estas algumas das críticas recebidas pelo reintegracionismo; nom som todas, nem estão expostas com a crueza de que ambos os grupos enfrentados costumam servir-se. Em todo o caso suficientes para mostrar que, se, em definitivo, o problema é *estritamente* normativo, de codificação, *ñ* ou *nh*, *-ción* ou *-com*, o mínimo de honestidade e responsabilidade exigíveis em matéria como esta deveria conduzir o reintegracionismo (que se postula como galeguista e defensor da normalização) a declinar opinar, e a unir os (poucos) esforços existentes para a causa normalizadora. A começar por mim próprio, acabaria aqui, enfim, esta breve aproximação do problema, convertendo os condicionais irreais usados nas linhas precedentes em presentes de indicativo.

Mas, claro, o raciocínio que precede nom nos parece impecável. Digamos, por exemplo, que nom há razão para que umha língua escrita tenha de ser o correlato da falada (aliás quase nengumha língua a ocupar todas as funções comunicacionais no seu âmbito o é), e ainda menos, cabe afirmar polemicamente, em casos como o galego; tampouco as escolhas e soluções normativas som inocentes ou inócuas; e, para enunciarmos mais algum ponto discrepante, o conceito de normalização nom é um *abstractum* de conteúdo indiferente, nem o que seja *galego* apresenta umha delimitação e definição tam simples como determinado positivismo precário convida a pensar.

² *NOMIG: Normas Ortográficas e Morfológicas do idioma galego.*

I. NORMA E NORMALIZAÇÃO OU LÍNGUA, IDENTIDADE E SOBERANIA CULTURAL: DETERMINAÇÃO DE MATERIAIS CONSTITUTIVOS E DÉFICES PROJECTIVOS

Parece claro que todo o programa de (re-)construção cultural a que um grupo ou comunidade procede deve cumprir para a sua aceitação sempre um(-ha) objectivo/condição necessários: que a comunidade a que se dirige se identifique com el e o considere próprio; mas nom unicamente. Deve também, para a sua eficácia comunicacional (e muito particularmente para assuntos como o da norma), oferecer aos utentes, reais e potenciais, um meio suficiente para exercê-la. A essas *utilidades* é preciso igualmente que some a garantia de sobrevivência e continuidades e umha entidade diferencial sólida, especialmente em relação aos elementos forâneos que podam pôr em risco a sua autonomia. Apoiando-se num aparelho político-jurídico que determine o uso exclusivo ou prioritário dos materiais propostos nos âmbitos estratégicos da comunidade, esta configura a sua soberania cultural; para nós, a normalidade da situação da Galiza significará cumprir estes objectivos e condições. Consequentemente, a insuficiência de algum deles constitui umha ameaça para a tal soberania. Talvez *in abstracto* nom haja dúvidas de maior neste sentido; o problema começa em determinar os instrumentos e materiais.

No que di respeito aos instrumentos ou materiais culturais (desde um signo ortográfico a um programa de TV) as situações de colonização³, ou pressão lingüística e cultural mostram que os utentes potenciais ou reais dumha língua e dum sistema cultural que vem o seu exercício restrito ou ainda proscrito, devem, para normalizá-lo, ganhar os espaços que lhe som negados tentando que, *del*, sejam os traços *diferenciais* e *concorrentes* (de todo o tipo) a consolidar-se. *Diferença* e *concorrência* som aqui as noções-chave, garantindo a soberania cultural dumha comunidade frente aos materiais do Referente de Oposição (em diante RO) em que se constitui a imposição cultural.

³ *Colônia, colonizador, colonização*, grupo léxico maldito este. Para nom entrarmos em controvérsias perturbadoras do nosso principal objectivo, entenda-se aqui que nos referimos a situações em que de maneira genérica as condições aludidas anteriormente som precarizadas ou ainda banidas por outras, mediante o exercício da violência, simbólica ou nom.

E, juntamente com a qualidade dos materiais, o processo anterior implica para os grupos que visam a sua autonomia cultural reunir o maior número possível de elementos (nas artes, nas letras, nas audiovisuais, na língua, em todas as dimensões culturais) para constituir um repertório que lhe permita a concorrência com o do seu RO, satisfazendo as próprias necessidades. A qualidade e a quantidade desses elementos constituem as suas franjas de segurança frente ao seu RO e, em geral, frente a qualquer possibilidade de perda de soberania⁴. Na medida em que os materiais com que é (re-) construído esse sistema sejam mais ou menos suficientes e diferenciais a respeito do RO, e em dependência do grau de competitividade em relação a esse mesmo referente, o grupo que pretende emancipar-se terá maior ou menor êxito, disporá de instrumentos que lhe permitam a emancipação cultural e o exercício da sua soberania ou, pelo contrário, será conduzido à regionalização, à dialectalização (nom apenas lingüística, cultural sobretudo) ou mesmo à diluição dentro do espaço cultural que pretensamente queria ser impugnado. E nom é apenas a sobrevivência, mas o modo de relacionar-se com outros sistemas culturais que está aqui em jogo: o diálogo com outros grupos, a assimilação, ou, no seu caso, a rejeição de transferências procedentes de outros espaços culturais, incluindo o opositor, sendo, por outro lado, razoável que se aspire a que deixe de sê-lo, dependem também da qualidade e quantidade dos materiais que conformam o sistema cultural próprio⁵.

E se o grupo ou a comunidade adopta mimeticamente materiais culturais alheios (sobretudo os do seu colonizador), mesmo envolvendo-os com aparência própria (**adaptando-os entom, nom os traduzindo**), está longe de conseguir essa autonomia,

⁴ De "franjas de segurança" fala, por exemplo, C. Álvarez Cáccamo. É sem dúvida uma maneira transparente e certa de precisar os termos. Devedor da Teoria Polissistémica de Even-Zohar, prefiro falar de normas do repertório dumha cultura, algumas das quais, conformam, juntamente com outras, o que denomino normas de sistema: elementos que diferenciam nom *nutrientes* dum sistema mas os sistemas mesmo, aqui de alguma maneira sinónimas de "franjas de segurança": é o caso da língua para o contacto intersistémico galego-espanhol.

⁵ Nom só, naturalmente; muitos outros aspectos, políticos, sociais, económicos, de configuração de imaginários, de acessibilidade, etc., estão presentes nas relações intersistémicas (Cfr., por exemplo, Machado e Pageaux). Mas lembre-se que aqui apenas estamos abordando o assunto dos materiais conformadores do sistema.

fazendo aparecer, por outra via, o mesmo conflito lingüístico e cultural que se quer quebrar⁶.

I.1. INTERVENCIONISMO E DÉFICES PROJECTIVOS:

Já apontámos a obviedade de os processos de recuperação e reconstrução de uma cultura implicarem a intervenção e a alteração da realidade em vigor como resolução do conflito. O próprio carácter do termo **normalização** indica já o sentido

⁶ Por exemplo é esmagadora a presença do *espanhol* nos meios de comunicação galegos, presença nom apenas perceptível no uso da língua espanhola, mas fundamentalmente na constante adaptação de materiais espanhóis revestidos de *galego*, o que significa a inexistência de margens de segurança suficientes, ou a precariedade e fraqueza das normas sistémicas. A consequência é a subordinação da cultura galega à espanhola e o prolongamento da situação cultural diglósica, constituindo-se a galega a respeito de aquela numha espécie de cultura de *fiesta de tolos*, conceito que tomamos de A. Figueroa (1988), e com que o Professor compostelano caracteriza os casos em que uma cultura B (melhor seria falar de sistema agredido, por exemplo, mas usamos esta terminologia funcionalmente) nom contesta a cultura A (sistema agressor). O conceito é sugerido pelo de *carnaval* introduzido por Bakhtine (Vid. p.e.Todorov 1981:98) e aplicado por alguns estudiosos de textos literários em situação diglósica: a contestação dumha lei e a instauração dumha lei nova. Bakhtine parte da apreciação da obra como parte de uma dinâmica, e da estrutura literária como algo que *nom é*, mas que *se elabora* em relação a outra estrutura, que pode confirmar ou transgredir. Pois bem, a literatura de B, na sua evolução, apresenta-se como *carnaval* de A, o seu RO. Ora, o seu alcance está em dependência da sua capacidade de contestação e perdurabilidade. Desde A pode ser visto este sentido de carnaval como provisório dentro da cultura oficial, "fiesta de tolos", reserva fossilizada e estática, objecto de estudo filológico pela sua riqueza e peculiaridade. E desde B, como mostra mais de identidade que de novidade estética ao constituir-se frente ao referente opositor, e nom incursa numha tradição própria. Explicam-se entom neste panorama a presença do bilingüismo, e as tendências para leituras ruralistas e folclorizantes que já venhem desde os inícios da recuperação cultural galeguista contemporânea. A e B, por diferentes motivos, podem chegar a convergir. Contestando uma lei, destruindo a ordem oficial, nom cria outra nova, vigorizando paradoxalmente a ordem estabelecida; convertendo-se, em palavras de Figueroa, em dadaísmo niilista (1988:72 ss). O *carnaval* no sentido bakhtiniano nom tem lugar, e é substituído por uma "fiesta de tolos" consentida, Entrudo de três dias. O texto, reproduzindo as expectativas do grupo, apenas se realiza numha sorte de suplência mágica com capacidade representativa, mas nom transgressora.

O perigo aqui é, pois, o de situar-se como subalterno, sem o pretender. Ou esquecer que a pressão do espanhol continua vigorosa; e se se esquecer o conflito, e se transformar num novo imaginário colectivo, sem mais, *estamos salvos apenas no imaginário*. Em nosso juízo, os materiais subalternos persistem, directamente

intervencionista dessa açom. Aí começam naturalmente as necessidades de constante definiçom e tomadas de posiçom; em contexto como o galego nom se trata apenas de substituir *o que há de espanhol polo que há de galego*, nem mesmo de produzir *em galego* o que antes era produzido *em espanhol*, como se o *galego* tivesse "em conserva" e assepsia seculares o seu repertório e este fosse suficiente e estivesse pronto para ser usado (como, se assi, denominar em galego os aparelhos que transportam pessoas à Lua?); é mesmo o que denominamos *galego* o que está em causa, el tamém em processo de alargamento, de recuperaçom do perdido e de restauraçom do deturpado; nom é pois, o galego, um puro legado. E se todas as comunidades normalizadas firmam o vigor da sua cultura na combinatória de Tradiçom⁷ e Inovaçom (sendo esta transferida de outras -Importaçom- e/ou auto-gerado -Produçom-⁸), as que vivem situaçoms como a nossa devem ainda acrescentar a esse trabalho o esforço da identificaçom, restauraçom e elaboraçom dos próprios materiais.

A tal cultura, B⁹, apresenta entom défices, normalmente gerados pola pressom de A que dilui ou apaga e substitui os materiais culturais autóctones, em quase todas as suas dimensoms (o que no caso galego significa, obviamente, a maciça e dilatada presença da cultura espanhola; a importante castelhanizaçom a que a língua própria está submetida; a falta e/ou perda de consciência lingüística dos falantes, entre outras¹⁰).

A **detecçom dos défices** (que se liga com a determinaçom dos materiais que constituem a cultura) é umha das questoms fulcrais para a planificaçom cultural e para todo o processo de recuperaçom de soberania nos termos antes expostos. Com efeito,

proporcionais ao sentimento de pertença a um sistema cultural ou 'policultural' espanhol que vigora na Galiza.

⁷ Um dos grandes perigos para a sobrevivência cultural galega tem sido deitar mao em excesso da Tradiçom, de determinada Tradiçom, e de identificar esta como a única cultura galega, *genuína, enxebre*. Resta-se-lhe assim todo o dinamismo, a Produçom é só possível nessa determinada linha Tradicional, impede-se o seu reforço com os materiais da nossa área cultural e Importa-se/Transfere-se o *resto da cultura* da espanhola. A este fenómeno tamém se refere Figueroa (1988). Veja-se com relaçom a isto o programa de TVG *Luar* como notório exemplo.

⁸ Vid. J. Lambert (1989).

⁹ Vid. nota 6.

¹⁰ Num processo de recuperaçom cultural os objectivos normalizadores devem ir focados a que umha comunidade tome consciência do problema e assuma a identidade

podem existir grupos empenhados na normalizaçom (esse *abstractum*...) que detectam défices que nom querem preencher; como pode haver grupos que nom consideram défices aspectos que outros si consideram. Cabe mesmo, segundo esta hipótese, e como posiçom extrema, aceitar o estado de cousas, o *legado*; entender, em definitivo, que a situaçom é um **resultado** que deve ser aceite. Nom está longe desta opiniom umha, bastante estendida e próxima de posicionamentos orgânico-historicistas, segundo a qual a língua é inerente ao *espírito de um povo* e consequência del, de modo que nunca, e sob qualquer condicionante, é legítimo exercer intervençom sobre ela porque o que o *Povo* criou, nom pode ser impugnado [Esse mesmo espírito romântico, de *Voz do Povo* = *Voz de Deus*, fiço do *povo galego* umha espécie de depositário sacro, de entidade resistente ao espanhol invasor, nomeadamente da perspectiva lingüística, o que é, de todo o ponto de vista, falso; esse *povo*, normalmente identificado exclusivamente com *labregos* e *marinheiros*, bastante tivo com sofrer misérias e carências de todo o tipo, tamém culturais, e desejou na sua maioria, muito legitimamente, *passar-se* ao espanhol, porque era quase a única hipótese de poder melhorar minimamente as suas condiçoms de vida. Doutra perspectiva, por esse caminho temem-se criado mentalidades de complexo de inferioridade e de resignaçom. Voltaremos mais adiante sobre o assunto]. Sendo o grau de intervençom no processo nulo, ou entom mínimo, isso equivale para o caso que nos ocupa, a codificar como cultura galega muitos materiais próprios da espanhola; por vezes até se invoca que a situaçom actual nom permite ir mais além (além: em que direcçom?: o presumível objectivo é que nunca é indicado).

O que parece evidente ser, polo geral, o grande drama dos grupos, normalmente minoritários de início, que pretendem a recuperaçom cultural do seu País, é o de encontrarem muito boa parte da sua mesma comunidade (utente na maior parte dos casos de materiais que querem ser normalizados) indiferente ou contrária a tal processo, desprezando o próprio e mesmo identificando a sua cultura com muitos materiais originários da cultura imposta, e ainda com líderes que fomentam essa orientaçom¹¹.

para depois passar a um estado de *inconsciência* em que o membro da comunidade nom tenha que interrogar-se sistematicamente por quê usa determinados materiais.

¹¹ Nestes contextos de conflito lingüístico e cultural é, como sabemos, difícil as pessoas aceitarem que falam umha *língua* e nom umha espécie de gíria ou calom, e fazer, dadas todas as conotaçoms que a sua fala tem, que podam pensar em situaçoms distintas

àquelas que determinam os seus usos quotidianos. Ao mesmo tempo, essa dificuldade de identificação vê-se acrescida pelo facto de a fala autóctone não dispor de recursos suficientes para recolher todos os níveis de comunicação precisos, aplicando entom para preencher as lacunas os forâneos que passam a ser *próprios*. Até há bem pouco tempo, por exemplo, muitos usuários da língua autóctone consideravam que eles não falavam galego mas umha fala(?), um *chapurreo* etc. E para o caso da identidade galego-portuguesa e das suas elites, os exemplos sucedem-se desde o século XIX. Cuveiro Piñol, tido por alguns como feliz gramático, censurava há hoje um século (por certo palavra esta, *século*, nitidamente *lusismo*, inusitada até a segunda metade do XIX na Galiza, tomada dos portugueses), na *Revista Gallega*, número 35, Dezembro de 1895 o uso de palavras também galegas como *Deus* e *dúvida*, por portuguesas frente a *Dios* e *duda*. Formas como *aos* e o sufixo *-ade*, (em concreto na palavra *liberdade*) constituíram, nos começos de século, o centro dumha estensa polémica de meses e meses tanto na Galiza como nos núcleos de emigrados de América do Sul com motivo da inscrição "Aos mártires da liberdade" que figura no monumento de Carral. As formas eram impugnadas por lusismos frente a *os* e "libertá" (por não entrarmos nas opiniões que consideravam *mártires* como alheio ao galego e propunham-se formas como *afusilados* e outras ainda mais peregrinas).

Um excelente testemunho da recepção de tentativas reintegracionistas na época oferece-no-lo Eugénio Carré, perfeito representante do grupo galeguista da Corunha, na sua *Literatura Gallega* que sai à luz em 1911 (94-95). Nela diz:

(...) El revuelo fué grande, entre los tenidos hasta entonces por maestros. Fué de oír lo que se dijo contra los que venían decididos a volver por la pureza y elegancia del lenguaje. Verdaderas enormidades, que provocarían a risa sino dieran tristeza por el atraso intelectual que acusaban, vieron la luz, no siendo la menor la de quienes a los restauradores de la pureza del idioma tildaron de aportuguesados y a las voces de más pura cepa gallega, sólo porque ellos las desconocían y no la encontraban en los deficientes léxicos, no tuvieron inconveniente en tildar de lusitanismos, antes que confesar su ignorancia en la lengua de sus padres [NOTA: No se juzgue que exageramos. Para los que recuerden ciertas campañas, no será desconocido el caso de quien, tenido en concepto de muchos por una verdadera celebridad, negó en varios artículos que palabras tan gallegas y generalizadas en toda la región como abafar, uvtono (sic: sem dúvida gralha por outono) y segunda y terceira feira, fuesen palabras gallegas].

E esta será umha acusação que se tornará habitual no evoluir do sistema galego, e que vai proceder sempre, dentro do sistema, do sector regionalista já secundarizado no nacionalista ou dentro do abertamente espanholista. Por exemplo, Otero Pedrayo, que não se distinguia por ser dos mais audazes na renovação da língua tomando como apoio o português (embora, no pré-guerra espanhol via singularizar-se como um dos seus mais vivos defensores no Parlamento Espanhol e contestando a Unamuno) é chamado (acusado de, para os que emitiam o juízo) *aportuguesado* pelos seus artigos

Não é infrequente que os grupos interessados na subordinação do sistema que luta por emancipar-se tentem regionalizar (*subsistematizar*) os seus instrumentos de soberania. Essas tentativas vêm ao encontro de outras detentadas por grupos que não querem perder o controlo do centro sistémico da cultura B, constituído em *Parnasillo Regional*¹², impedindo a concorrência de outros Produtos e Produtores, de outras opções

em *El Pueblo Gallego*, em 1929, desde a revista *Galicia en Cataluña*, perfeita representante do regionalismo dos anos vinte e trinta.

E queremos aqui anotar, não podendo estender-nos sobre o assunto, um caso para a reflexão: Um/ha observador/a galego/a tem não só diante de si mas ao seu lado um processo em algumas circunstâncias muito similar ao vivido pela Galiza e noutras mesmo igual ao presente: é o caso do denominado "galego exterior"; ele é por certo um autêntico exemplo de reintegracionismo activo auspiciado por todos os sectores e pessoas galegas e galeguistas interessadas na viabilidade cultural em galego dessas comunidades. Reintegracionismo puro frente a pessoas e grupos autóctones que falam de *chapurreau* ou *berciano* sem vincular a sua fala à da Galiza administrativa nem menos pretender adoptar a sua norma lingüística oficial nem dela aproximar-se. Desde finais dos anos oitenta, em várias viagens, particularmente ao Berço/Bierzo (?), tivemos a oportunidade de discutir sistematicamente com algumas forças vivas dessa região empenhadas na recuperação da sua fala tentando convencê-las da conveniência da sua reintegração no galego e que a sua deturpação ou variantes dialectais não eram produto dumha particular e libérrima evolução que dava como resultado duas línguas mas variantes dumha mesma no meio dumha perda de consciência e de identidade lingüística e cultural notórias.

¹² A expressão não é minha. Utilizou-na Pardo Bazán (1888:84) para referir-se ao sistema literário galeguista dos anos oitenta do século passado, e reflecte bem a opinião que a Condessa tinha do tal sistema. Retomou-na com evidente ironia um galeguista que tinha por pseudónimo *Cristóbo das Viñas* no número de 14 de Junho de 1896 da *Revista Gallega*, numha polémica que durou meses nessa publicação sobre temas similares ao que nos ocupa (e em que o Grupo Corunhês dos Murguía, Carré, Florencio Vaamonde, Pondal, etc. defendiam a reintegração do sistema cultural galeguista no português para convertê-lo em autónomo frente às alternativas espanholistas), em sentença também ilustradora e reveladora como esta:

Lo más extraño es que alguno o algunos que en sus conversaciones privadas están de acuerdo con esta nuestra opinión [a da reintegração], públicamente sustentan todo lo contrario. ¿Cur tam varia? Sencillamente lo diré, y descorreré, a trueque de merecer excomunió mayor, el velo que oculta estos misterios.

Temen, especialmente los *dii* mayores del parnaso gallego, que de convenir que el gallego es lo mismo que el portugués, se sume el primero en el segundo, desaparecidas las pequeñas diferencias que hoy los distinguen; y sumados ambos, se sumen ambas literaturas y pasen a figurar en la portuguesa las obras que hoy figuran en la

que podem ameaçar a sua posição; por exemplo, se a circulação do livro português fosse na Galiza metade de normal que a do espanhol, isto poderia fazer que alguns escritores perdessem o favor do público e/ou de determinadas instituições perante a consideração de qualidade e fácil integração cultural de alguns dos novos produtos. Repare-se a profunda violência que no campo literário (cujo prestígio costuma aumentar quanto maior for a sua autonomia) galego é provocado pela repressão dos *heterógrafos* e simétrico subsídio aos seguidores da norma oficial, onde o intervencionismo do poder político é dificilmente parangonável com outras realidades mundiais¹³.

Na intervenção normalizadora a que temos vindo a referir-nos, os *défices* som, podemos assim chamá-los, **projectivos**, na medida em que indicam um vazio **que se quer preencher** (ou uma presença que se quer substituir), um projecto que se deseja realizar¹⁴. Determinados os materiais com que se postula reconstruir a identidade e a cultura, eles fazem parte do repertório e/ou das normas desse sistema cultural e da estratégia programática do grupo normalizador, embora este possa julgar que em determinado contexto não deve utilizar alguns ou não pode fazê-lo sistematicamente. Seja como for, a *absentia* prática não invalida a *praesentia* sistémica¹⁵. Assim as cousas

gallega. Temen que de ser así, los que hoy son las primeras figuras del Parnasillo galático pasen á ser secundárias en el Parnaso Portugués, y no digo más, que ya dije bastante, y á buenos entendedores...

Nihil novi sub sole

¹³ E onde Juan Ramón Jiménez (o dos *jj*) nunca chegaria a Prémio Nobel. Na concorrência a um prémio literário na Galiza (salvo alguma excepção) o/a escritor/a sabe que há uma percentagem de competidores que não podem entrar em concurso pela prescrição de uso obrigatório da norma oficial. Os seus pares costumam calar.

¹⁴ A história do sistema literário galego é, entre outras cousas, a história da emancipação a respeito de materiais alheios ou ameaçantes. Neste sentido, queremos apenas acrescentar mais uma consideração, de carácter historicista, às já realizadas sobre a materialidade do código (a *norma*). Que o código aparece como subalterno do espanhol a olhos dos seus utentes, é confirmado, antes de mais, pela quantidade de tentativas de diferencialismo que foram procuradas, e, não raro, inventadas pelos escritores galegos; nos seus níveis ortográfico, morfo-sintáctico, léxico e semântico. A nossa hipótese é facilmente deduzível: a subalternidade é percebida como tanto maior quanto mais próximo o código utilizado esteja do espanhol, que é o seu RO, e tanto na escrita como na leitura. Consequentemente do código utilizado pode inferir-se, juntamente com outros elementos, o grau de independência que é proposto para o sistema.

¹⁵ A independência sistémica é passível de se ver constrangida na sua prática por factores como por exemplo o domínio e aceitação que comunidade e inclusive utentes

é essa noção de *défice* projectivo que legitima *a priori* todas as propostas do grupo normalizador que se destinem a preencher os vazios, o que implica que a essa reparação vai assegurar as margens de segurança suficientes e que só os utentes incursos no processo (com maior ou menor força em dependência da sua função e/ou posição no sistema cultural) poderão ir determinando.

É na dimensão e qualidade dessas marges que está a disputa, também a normativa. Porque não é possível dissociar os instrumentos de soberania da consecução da mesma; repare-se que a norma é a um mesmo tempo expressão de identidade e do "lugar cultural" ocupado pelo sistema, e instrumento, mais ou menos suficiente, da referida soberania. Outra coisa é, como vimos, que instrumentos *insuficientes* sejam provisoriamente utilizados, com o objectivo, claro para o grupo ou

podam ter num dado momento do código proposto; também da capacidade institucional para oficializá-lo e desenvolvê-lo. De novo, uma prática mais restrita dos objectivos (coincidente por vezes com as concessões a que acederia a cultura A) pode ser percebida como um *défice* pelos grupos dirigentes, subsanável no futuro ou taticamente menos relevante como modelo dentro do repertório proposto em dada altura do processo, o que pode, aliás, gerar tensões entre os elementos mais conservadores e os mais inovadores. O caso da língua é particularmente esclarecedor. A língua não ocupou sempre o valor prescriptor no galeguismo que hoje lhe é atribuído no sistema cultural, e particularmente literário, galego; precisamente porque a isso se aspirava. O caminho para a imposição do idioma galego na literatura foi, desde o século XIX, lento e difícil. Em termos de sistema literário, muitos textos em espanhol que continham elementos da realidade galega, estavam contribuindo a formar a literatura galega, *eram* literatura galega (o que pode ajudar por exemplo, a entender o caso de Rosalia de Castro, e, *a contrario*, o de Pardo Bazán, que utilizava materiais galegos por via de exotização para a cultura espanhola); e isso por mais que fossem vívidos, na altura também e sobretudo, como deficitários por produtores e consumidores, e que estes últimos deviam preencher com as suas próprias experiências. A língua faz parte desde o início dos materiais sistémicos; outro problema é que a sua prática esteja de tal maneira impedida que ocupe um lugar secundário ou mesmo nulo na hierarquia dos materiais, *mas faz parte do repertório galeguista* (e ainda potencial norma do seu sistema), *mesmo* in *absentia* prática. Que um sistema apresente *défices*, alguns tão importantes para o galego como a inexistência ou a precariedade da língua (regional, nacional segundo a época e o enunciador) como material, não pode significar que o sistema não exista. Por isso os textos em idioma galego, som vistos como mais *nacionais*, *próximos* da ideia e do ideário nacional(-ista). Porque existia (e existe, hoje posto de outro modo) o conflito, a literatura galega é paradoxalmente mais evidentemente nacional que outras. A consciência do *défice* conleva uma dose programática implícita. Sobre esta questão do carácter programático de determinadas literaturas nacionais, vid. I. Chernov (1991:770).

comunidade, de convertê-los em ou substituí-los por instrumentos garantes da suficiência cultural¹⁶ (o que é matéria discutível), mas **nom é possível definir** a suficiência com elementos insuficientes (e quantos mais elementos insuficientes, maior insuficiência e deficiência, realidade/orientação esta que, em nossa opinião, espelha bem a actual normativa oficial¹⁷), sem correr o risco de dilatar aquela conversão ou substituição porque ficaria constituída uma situação de subordinação e perda de identidade irreparáveis. A solidariedade entre *norma* e *normalização* é pois dificilmente separável, sendo-o apenas possível temporalmente e se se souber qual é o objectivo a atingir, e se se trabalhar para consegui-lo, utilizando outros muitos recursos¹⁸.

I.1.1. A LEI DE PROLIFERAÇÃO:

Ora, com que materiais som supridas as carências, os défices que um sistema apresenta? Onde procurá-los? Donde tirá-los? O estudioso dos sistemas literários Itamar Even Zohar verifica que todo o sistema que **nom possui** um inventário suficiente tende, em geral e muito particularmente no caso de sistemas em vias de emancipação, a botar mão da que denomina lei de proliferação ou disposição do sistema a acumular uma

¹⁶ Na Galiza o caso dos denominados **mínimos** reintegracionistas é paradigmático.

¹⁷ As *palavras* fazem parte de um amplo conjunto de materiais com que uma cultura é constituída; traduzir por exemplo **nom é apenas** mudar algumas (muitas, poucas) palavras por outras, dando aparência de *galego*. Imaginem-se, para colocarmos diversos exemplos, a retransmissão sistemática de touradas na TVG *em galego* com sotaque à castelhana; o rótulo "Versión orixinal" sob o qual foram passadas inúmeras fitas de *Cantinflas* na TVG, o único *orixinal* que deve existir pelo mundo; ou olhe-se então para a retransmissão de um jogo de futebol, ou na *dobragem* dum filme, se na fraseologia, as atitudes, os modos, muitas vezes nas palavras, **nom estamos** perante um mimetismo do espanhol, isso sim, *banhado* de expressões de mui diferente carácter.

¹⁸ Este quadro parece-nos, aliás, o único ponto de encontro possível entre as duas tendências hoje enfrentadas. Mais do que um *acordo normativo*, a possibilidade de indicar na reintegração no português o norte da nossa orientação cultural. Sendo assim, o que isto escreve estaria disposto a assinar a Norma hoje denominada oficial. Mas se o norte é o actual estado de coisas, **nom pode** o reintegracionismo somar-se à subordinação da cultura galega à espanhola. Porque no hipotético caso de que a actual norma e o que ela implica (como efeito e como causa) fosse universalmente aceite pela comunidade, teria a nossa comunidade garantida a sua soberania cultural? Poderia então proceder-se à reintegração, mesmo gradual?: a dinâmica seria então irreversível. Seria-o (é-o) já como tal processo e mais ainda no resultado.

reserva suficiente de elementos para a sua estabilidade, recorrendo inexcusavelmente à transferência intersistémica. Quando um sistema começa a desenvolver-se, a lei da proliferação activa-se.

A determinação dumha 'reserva mínima' para garantir a independência do sistema tem importantes implicações, por exemplo em termos de planificação cultural. Ela está sujeita a cada caso concreto e ao nível de ameaça sentido (e definido) por uma parte ou por todos os activos que um sistema tenha em cada momento. O que é claro é que se essa lei **nom se activasse**, ou se se activasse de maneira insuficiente, **estariamos diante quando muito de um subsistema**.

A questão, como apontámos, torna-se mais essencial para a sobrevivência de um sistema incipiente, sobretudo quando este **nom é apenas** o fruto de transformações anteriores *soberanas* no seio do próprio sistema, mas criação em parte *ex-nihilo*, solução de continuidade contaminada pela pressão do sistema de que quer emancipar-se, paulatinamente surgido por oposição a outro e com ele em contacto; e à procura de amparo, da Transferência dum outro sistema cultural **que o reforce perante uma ameaça**. A Transferência de outro sistema é, nestes casos, **tam universal** como a lei de proliferação, integrando-se a primeira como estratégia da segunda.

II. O CASO GALEGO NA ACTUALIDADE

Se todo e qualquer sistema (ou melhor, o conjunto de grupos do sistema) que quer emancipar-se de outro recorre à Transferência (de materiais, normas, modelos) de um terceiro (ou uns terceiros, com os quais pode **nom ter**, ou, o que é melhor, partilha elementos estruturantes comuns), no caso galego, aceites as ideias-força que antes enunciámos (a soberania assente num conjunto de materiais suficientes caracterizados pela sua capacidade diferencial, concorrente e identitária) a solução resulta óbvia: existe felizmente um sistema, mas só um, que, podendo preencher muitos dos vazios determinados, homologar os materiais genuínos e garantir a reserva suficiente para a soberania sistémica galega, **nom afecta**, mas reforça o conjunto dos materiais próprios e a sua modelização: o sistema português (ou, melhor já, o intersistema cultural luso-

afro-brasileiro)¹⁹. Só porque qualquer outra solução consagra como galegos materiais espanhóis ou materiais devidos à sua pressom (é esta, como indicámos ao princípio, a crítica à norma lingüística da RAG-ILG e também a muita da orientação cultural galega hoje), não permitindo o exercício dessa soberania, pela impostura das formas e a debilidade das franjas de segurança²⁰. A reintegração do sistema galego no intersistema citado facilita não apenas preencher lacunas, mas, sem temor ao erro, discriminar o que é genuinamente galego do que não o é. Sendo as falas de aquém e além Minho (e as brasileiras e as africanas de expressão portuguesa) reduzíveis a uma mesma norma, como já afirmam agora os teóricos do ILG, Galiza teve a fortuna (sem comparação com outras comunidades da Península, por exemplo) de a sua língua estar viva em muitas partes do globo e de a ela poder recorrer para fixar e orientar a sua vida cultural, também a normativa lingüística, garantindo a sua soberania.

II.1. POR MAIS QUE QUEIRAMOS NÃO PODE SER

Mas, como sabemos, na Galiza as coisas não se processaram assim. Por exemplo, e com relação à norma, não foram os critérios seguidos nem o valor a ela atribuído aqueles que vimos sustentando. A *oficial* aparece muito contraditoriamente como um elemento secundário para fazer calar as vozes impugnadoras (já temos uma norma; o importante é normalizar, o que por vezes cria mesmo um complexo de culpa em defensores do reintegracionismo e, conseqüentemente da normalização, que acabam por assumir os argumentos tão falazes com que são atacados) e como um elemento de extraordinária importância quando se trata de impedir que essas vozes se expressem (para o que a norma é imposta sumariamente e, depois, invocada a devida disciplina). Ora, se a norma não tivesse determinada relevância não se impediria o uso

¹⁹ Como mostra sirva a norma utilizada neste trabalho: qualquer galego letrado pode ler o presente texto e, se interpretar algum elemento como *aportuguesado*, a alternativa que colocará será, de regra, ou dialectal galego/portuguesa (portanto dentro do sistema) ou de facto a espanhola correspondente.

Quanto ao termo intersistema cultural, inspirámo-nos na noção de "interliterary System" de Naftoli Bassel (vid. Bibliografia), parecendo-nos mais adequado falar de intersistema, conjunto de sistemas que partilham e formam um (inter-)sistema superior constituído pela partilha de materiais e normas comuns.

de outras (pelo menos fora dos âmbitos do ensino e a Administração), porque todas contribuiriam para normalizar o idioma.

Foi dissociando, e abstraindo, norma e normalização que se assentou progressivamente a ideia patrocinada por alguns grupos de que o decisivo era/é a normalização e o secundário a normatização. Quando, porém, se tenta um *acordo normativo* a resposta é que a discussão só procede quando o País esteja normalizado(?), que agora (enorme espaço temporal cobre às vezes este adverbio!) não é tempo (?), ou, cinicamente, que as posições são irreconciliáveis. A estas *prioridades* temem-se somado, muito infelizmente, algumas pessoas pretensamente colocadas no âmbito dos chamados *mínimos*²¹ (termo a que convém lembrar apelido e Norte:

²⁰ Como bem indica C. Álvarez Cáccamo: "Marcar uma clara fronteira gráfica com o espanhol é impossível se são tomados os traços fundamentais do espanhol".

²¹ É paradigmático o artigo publicado em *A Nosa Terra* por Freixeiro Mato. Afirma o Professor corunhês sobre as pessoas reintegracionistas:

Ora bem, para isto têm que violentar a realidade da língua -um pouco resulta necesario, pois há que superar certas interferências que o secular domínio do castelán impuxo- sen teren conseguido previamente o respaldo social preciso, no que mais ben semella unha fuxida cara adiante, sen se preocuparen polos que pudesen vir detrás. A opción normativa dos chamados "máximos" apresenta inicialmente grandes problemas de aprendizaxe e de receptibilidade social, imposíbeis de vencer sen un proceso previo de consenso maioritario entre especialistas, forzas políticas representativas, institucións culturais e ensinantes, para todos eles exercitaren logo a necesaria pedagogía que a viabilizar. [...]

Leguémoslles aos nosos descendentes unha lingua plenamente normalizada no seo da sociedade que a criou e que logo eles decidan se é conveniente ou non mudar a súa ortografía [...].

Muitas das reflexões que são neste artigo feitas mereceram uma interessante réplica no mesmo semanário por parte do Professor Celso Álvarez Cáccamo, cuja leitura recomendamos. Por nosso lado, o presente trabalho quer dar precisamente resposta, entre outras coisas, a este tipo de valorizações, algumas das quais pensamos já ficam esclarecidas. Mas não nos subtraímos de fazer aqui uma pontual afirmação. O argumento, segundo o qual a comunidade galega não se identificaria com um sistema reintegrado, é falaz. Se fosse assim, porque é proscrito o recurso a esta orientação? Ficaria de imediato em desuso... Se há pouco mais de vinte anos o grau de identificação e afetividade da língua autóctone da Galiza por parte da maioria dos seus utentes era ínfimo, como o era a perda da consciência lingüística e cultural galega,

reintegracionistas). A armadilha é magnífica para os detentores da *oficialidade* porque, permitindo-lhes consolidar as suas ideias e invalidar as dos contrincantes, faziam e fazem aparecer os *lusistas* como, quando menos, irresponsáveis. Nom por acaso é estendida a opinião de que os galeguistas sensatos devem acatar qualquer norma sempre que se oficializar... Houvo e há, nessa disciplina, umha atitude para alguns acomodatória ou claudicante, mas onde nom deve ser excluída a sincera generosidade, mesmo desde o desacordo. Acontece mesmo que muitas pessoas opinam que a posição reintegracionista é a adequada, mas, embora conscientes dos prejuízos que se podam derivar de tal atitude²², reclamam a disciplina (e o “deixa ver”).

Ao lado da falácia anterior, duas outras foram colocadas para silenciar ou afastar a tendência reintegracionista. A primeira era (é) que a norma é produto de umha resolução **técnica, estritamente de lingüística interna**; desta maneira, quem detinha o poder científico podia conseqüentemente legitimar perante a cidadania as suas

só com a intervenção política, social, cultural foi (é) possível recuperar algumas parcelas ou mesmo impedir que sejam perdidas mais; quer dizer-se, violentando a realidade; também a da língua (pensamos que o exposto polo Prof. Freixeiro filia-se bem com alguma das possibilidades que comentámos sob o rótulo “Intervencionismo e défice projectivo”). De resto, ponhamos por caso: deveria ter a expressom política do nacionalismo abdicado de todos os seus postulados por ter perdido as primeiras eleições, dado que a vontade popular nom adería ao seu programa?

Os posicionamentos do estimado Professor Freixeiro reúnem muitos dos tópicos que estamos a comentar; repare-se como a questom da orientação e soberania culturais, precisamente o problema fundamental e que dá sentido ao trabalho normalizador, nunca é enunciado, como se o debate fosse *ñ nh*. Digamos, por último, que muitas das palavras que o autor utiliza nom estão na realidade da língua” a que parece referir-se. Se parece “fuxida cara adiante” a posição reintegracionista, a defendida por Freixeiro Mato parece umha fuga para atrás, de espanholização irreversível e de entrada no grupo que exerce a sua violência simbólica sobre os heterodoxos lusistas.

²² Por exemplo, foi sempre cabal argumento da Mesa pola Normalización Lingüística, a organização nom governamental que mais aderentes à causa normalizadora agrupa no País, nom pronunciar-se sobre questons normativas porque era um problema técnico (linha que eu próprio, no âmbito que me competiu, sempre aceitei *disciplinadamente*). Mas, se colocado o problema, mesmo polos principais responsáveis da Norma Oficial, como sociolingüístico, a Mesa deve dar a conhecer a sua posição.

Nestes processos, de resto, onde a *entrega altruísta* e o *sacrifício*, som, à partida, valores fortes, ninguém quer nem pensar em aparecer como agente involucionista ou irresponsável.

propostas²³. Insistindo-se com reiterada freqüência nessa direcção, e em que a questom da língua nom podia nem devia ser *politicizada*, restava à população acompanhar a norma, outra vez *disciplinadamente*; o argumento, que em parte partilhamos, deixava em maos dos detentores da *auctoritas* (nom caberia *tecnicamente* falar de *potestas*) lingüística a decisom final que deveria ser imediatamente acatada pola cidadania responsável²⁴. O *argumento lingüístico*, ratificado polo poder político foi vingando²⁵. E isso apesar de que a maioria dos sectores empenhados na Normalização Lingüística da Galiza (entendida como a consecução do monolingüismo social) impugnaram desde diversos ângulos a decisom, tanto do ponto de vista científico como político.

E aconteceu também (terceira falácia) que essa resolução técnica dizia que galego e português eram duas línguas distintas (que o português era umha língua “irmã, pero diferente”²⁶). Essa ideia da *diferença* (pudo ter-se procedido de maneira contrária: partir

²³ A questom aparecia tam lingüística, tam técnica que conhecido é a polémica ser reduzida em termos simplistas a se o galego e o português eram duas ou a mesma língua: os *lusistas* que sim, os *isolacionistas* que nom. Tam técnico era o debate que a discussom fundamental era (é ainda) se o galego e o português eram a mesma língua... e começa(va) um movimento especulativo sobre a qualidade e quantidade de diferenças e semelhanças.

²⁴ Essa foi a decisom política adoptada polo Parlamento Galego e, com anterioridade, polo Governo Galego. Di com efeito o Decreto de Normativización da Lingua Galega DOG 20/4/83 que “se considerou que as *NOMIG* elaboradas conxuntamente pola RAG e mais polo ILG, son as que mellor se axeitan ás necesidades presentes da nosa lingua” e que estas duas instâncias, “poderán, previo acordo conxunto, elevar á XG cantas melloras estimen conveniente incorporar ás normas básicas”. Quais as necessidades? Nom eram indicadas...

²⁵ Di a “Disposición Adicional” da Lei de Normalización Lingüística (D.O.G., 14 de Julho de 1983):

“Nas cuestións relativas á normativa, actualización e uso correcto da lingua galega, estimarase como criterio de autoridade o establecido pola Real Academia Galega”.

Ora, se o problema nom é técnico, a RAG nom pode intervir na orientação cultural do *galego*, que som os políticos quem a devem marcar, ou entom deve ser eleita por critérios políticos, talvez de representação parlamentar, nom por cooptação como agora fai. E, nesse sentido, muito menos pode intervir o ILG.

E, por certo, e noutra ordem de cousas, mal vamos, porque a própria lei di que a normativa “será revisada en función do proceso de normalización do uso do galego”... e nunca o foi, excepto algunha modificação de pormenor. E, note-se, na Lei, aprovada por unanimidade, vincula-se directamente a *questom normativa* com a “normalização”.

²⁶ Chama a atençom esta expressom, pouco adequada talvez numha exposição de critérios técnicos na elaboração das *Normas*; mais do que umha afirmação parece

da igualdade, e procurá-la, preservando aqueles traços que se considerassem genuinamente galegos) foi vindo ao encontro de outra ideia-força que calhou em sectores da sociedade galega e que, quero pensar, muitos dos defensores da actual norma nom partilham: a de que o galego está à mesma distância (lingüística, claro, nom digamos outras) do português e do espanhol, e ainda outra mais infeliz: o galego parece-se (é) numhas cousas ao espanhol e noutras ao português. Todo o qual reforça que, na prática, o galego (que, reiteramos, nom pode ser nengum *abstractum*) viva, por consequência, num discurso cultural integracionista na cultura espanhola, e seja resultado, em nom pouca medida, do estándar espanholizante actual.

E mais consequências: Portugal, o histórico referente de reintegraçom (como assim o definem historiadores pouco suspeitos de parcialidade reintegracionista como Justo G. Beramendi ou Ramón Máiz, cfr. Bibl.) ia sendo transformado em referente de pouca cousa, de nada, e ainda em RO.

E quanto à questom *técnica*, ela é, já, político-cultural.

IL.2.POR MAIS QUE PODA SER, NOM QUEREMOS

Muito recentemente, assente na comunidade a consideraçom da diferença entre *galego e português por via técnica, de lingüística interna* (aquela verdade enfim presumivelmente indiscutível por profanos, reforçada naturalmente com a prática totalidade da orientaçom institucional galega²⁷), afirma-se nom já que nom há diferenças lingüísticas importantes, mas que as duas variantes podem ser reduzidas a umha norma única, e que a diferença, agora, é *sociolingüística* ou *estandarológica* ou *política*. Outros argumentos están agora em jogo, que nom aparecem nas *NOMIG* de 1982.

Já há anos o Professor Francisco Fernández Rei, um dos mais conceituados representantes da corrente hoje vigente (a de RAG-ILGA), afirmava que dumha perspectiva estritamente lingüística podemos admitir que o português e o galego falados

umha resposta *em negativo* num conjunto de *Normas* redigidas *em positivo*... umha advertência, talvez?

²⁷ Que chega a extremos como o de a Dirección Xeral de Política Lingüística destinar os dinheiros para a normalizaçom da Galiza em *normalizar* portugueses e brasileiros

hoje constituem praticamente só umha mesma língua *abstand...*, mas que do ponto de vista sociolingüístico e estandarológico estamos, sem dúvida nengumha, em presença de duas línguas *ausbau* (1993).

Por sua vez, o quadro de discussom é assi exposto polo Professor Monteagudo (1995: 11)²⁸:

Velaí a cuestión: por máis voltas que se lle dea ó asunto, un idioma non se define exclusiva nin principalmente con criterios lingüísticos, senón que os criterios sociolingüísticos son determinantes: Coido que este é un presuposto básico que comparten os colaboradores deste volume. Pero os factores lingüísticos e sociolingüísticos non actúan mutuamente illados, senón nunha relación dialéctica.

Nessa linha, o Professor A. Santamarina, na actualidade Director do ILG, afirmava tamém recentemente (1995:73):

Ninguén nega [sic]²⁹ que se nos atemos estrictamente ó punto de vista lingüístico a afinidade entre o galego e o português é tan grande que sería perfectamente posible reducilos a unha norma única.

com cursos de norma oficial, bolsas de estudos e abertura de Centros com esse objectivo nas principais universidades do âmbito luso-brasileiro...

²⁸ Umha magnífica síntese deste pensamento sociolingüístico é-nos fornecida polo livro editado polo Prof. Monteagudo, *Estudios de Sociolingüística Galega*, constituído por umha seleçom de vários artigos, todos eles de produçom posterior às *Normas*, embora nem todos inéditos. Nom temos espaço aqui para proceder à refutaçom de muitas das afirmaçons ali feitas nem é esse agora o nosso objectivo. Pretendemos apenas indicar o caminho das suas argumentaçons, desejando ser estritamente respeitosos com a seleçom e contextualizaçom dos textos; em todo o caso é livro de leitura recomendável.

²⁹ Nega-o, sem ir mais longe do livro citado, Fernández Rei (1995:190-191):

Umha cousa é apoiarse no actual português (e nas outras linguas románicas, amais do galego vivo) para estandariza-lo galego moderno, especialmente no léxico, e outra é elaborar umha norma querendo 'ignorar' o estado actual do galego, esencialmente as profundas transformaçons fonolóxicas que nel se produciron e que hoxe o afastan tanto do português que impiden un sistema ortográfico común (sublinhado nosso).

Isto significa que toda a argumentação *lingüística, interna*, que sustenta todas e cada unha das escolhas ortográficas e morfológicas das *Normas* de 1982³⁰ encobre a razom fundamental que as anima, e que, nesse livro, se desconhece e oculta.

A batalla simbólica da identidade lingüística do *galego* e do *português*, condición necessária nos postulados reintegracionistas (para algunhas persoas suficiente), parece entom ganha já para quem defende essa orientação. A mesma lógica conduziria os defensores da linha hoje oficial a abdicar dos seus princípios e aderir, sem mais, à tal orientação. Nom é assi, o que significa que há que reorientar a realidade lingüística para conseguir determinados objectivos (aqui o da diferença cultural com o português) e criar um novo clima entre as duas variantes (de que eles som intérpretes). O *poder*, derrotado com as suas próprias regras de jogo, impóm agora outras novas.

E notemos: unha vez que se instaurou a crença *técnica* (que muitas vezes procurou aquel silêncio e acatamento do *profano*) de que som duas línguas diferentes, que é a que realmente sustenta a consideração da *diferença lingüística* (e, na sequência, da distância), agora, criado o clima, apela-se à *diferença sociolingüística*.

O problema deve, pois, colocar-se noutros termos; em termos de cultura, de um lado, e em termos políticos e de intervenção social noutro, lados de um mesmo objecto. Os argumentos som do seguinte teor (prossequimos com a citação anterior do Professor A. Santamarina, 1995:73-74):

Quero insistir algo máis no concepto de 'vontade popular' porque é esencial para entender casos coma o noso. Hai, como dixeran antes, centos de exemplos de variedades lingüísticas que están máis lonxe do seu estándar do que está o galego do portugués. Pero a historia de Galicia e a historia externa do galego son moi dispares da de Portugal e do portugués; entre outras razóns porque Portugal é un país independente desde hai case nove séculos e non sufriu máis ca de lonxe a presión alienadora doutra lingua hexemónica (máis ben foi a lingua portuguesa para outras linguas o que a castelá é para a nosa). Moi distinto sería se Galicia fose (ou se convertese en) parte de Portugal e o portugués fose a lingua oficial do estado galego-portugués, fóra do teito do castelán nós e eles; daquela sería difícil de concibir unha variedade literaria galega diferente da portuguesa; pero mentres as aspiracións dos galeguistas sexan a independencia (ou variantes dela, pero sempre con vistas a unha emancipación de

³⁰ Para unha crítica a esses princípios veja-se *Estudo crítico*, cit. na Bibliografía.

España) e non a anexión a Portugal, o valor simbólico dunha lingua galega independente, como asento dunha solidariedade étnica, pre-nacional ou nacional, é insustituíble. Así o viron as elites nacionalistas dos últimos cen anos.

Esta é a grandes liñas o punto de vista dos que consideran que o galego é unha rama á parte do galego-portugués e defenden un estándar separado.

Realmente resulta singular a reflexom do Professor Santamarina: apelar à vontade popular nom parece o mais adequado quando nom foi consultada (e se se lhe consultasse na altura talvez responderia: *espanhol*); quando se sabe mesmo que os defensores da normalização cultural galega, da sua soberania som(os) minoria (excepto, talvez, no caso de somarmos as pessoas partidárias do *bilingüismo harmónico* ou similares, que si parecem maioria, nemini discrepante da actual norma e orientação); e quando, e muito particularmente, o ILG a que el hoje (1998) preside já se constituiu em intérprete dessa vontade com unha orientação normativa que, *objectivamente*³¹, nos conduz aos braços do espanhol, reforçando a identidade espanhola, na única vez que na História Contemporânea o galeguismo tivo a oportunidade de marcar a direcção das cousas.

O razoamento do Prof. Santamarina tem, aliás, bastante de malabarismo político: que entende por *galeguistas*? as pessoas que defendem o independentismo? Devemos entender que os organismos que defendem a actual orientação normativa som independentistas ou "variantes de"? Pronunciaram-se algunha vez esses organismos sobre a orientação política do País? Está nas suas bases, estatutos ou princípios normativos a defesa do independentismo? Quer dizer, entom, que os reintegracionistas alinham no bando contrário, particularmente num presumível *colonialismo panluso* ou similar? Como tenho a certeza de o Prof. Santamarina meditar as suas palavras, o seu raciocínio parece mais um exercício de demagogia e, lamentavelmente, de arrogância do poder. Desloca o actual Director do ILG o problema cultural para unha determinada

³¹ Para nada queremos pôr em questão (nem somos quem nem nos parece legítimo nem a isso atribuímos qualquer valor sacro), a convicção nacionalista das pessoas citadas e mesmo da sua crença na viabilidade da actual norma e orientação como instrumento eficaz para a independência sistémica da cultura galega a respeito da espanhola; mas, da mesma maneira, entendemos que, *objectivamente*, essas norma e orientação consolidam a fragilidade do sistema galego e a sua espanholização.

opção política e de *Estado* que não é o que está em causa; e, em virtude desse malabarismo e do benefício que o efeito da enunciação de independência pode gerar em recepções nacionalistas (*proclamar-se* independentista poderá parecer timbre de glória nestes contextos; mas, claro, resulta que não há independência sem consciência dela e sem instrumentos soberanos), age-se como se, independentes politicamente, fôssemos também com todos os materiais espanhóis, independentes culturalmente (como se centrados no mundo cultural luso-afro-brasileiro não fôssemos plenamente soberanos ou não o fossem o Brasil ou Cabo-Verde)³². E, dito seja de passagem e invertendo a argumentação do Professor Santamarina: se a norma mais ou menos comum com o português só seria possível integrados no Estado Português, deve-se deduzir que a norma galega hoje em vigor é espanholizante porque estamos integrados no Estado Espanhol? A independência a respeito deste não parece ser para já, e a norma por que se aposta, situada plenamente dentro da simbologia espanhola, não contribui precisamente para isso. Pretende-se afirmar a correção da *radicação* espanhola, que é onde, por muito enquanto, nos encontramos?

Para além disto, o que não diz o texto é que, colocados no dever de exemplificar, o que abunda no mundo são os casos de Países independentes com

³² Um dos imaginários em que se apoia a actual norma é o prestígio do conceito de autonomia/independência política para comunidades como a galega (denominam a sua própria posição linguística como *autonomista* ou *independentista*...): funciona misturando língua/soberania cultural e aparelho político-jurídico e implicaria por exemplo que Cuba não é independente de Espanha se não inventa uma norma diferente; e, igualmente, que essa língua é parte de outra da que se pretende autonomizar ou independentizar. Como nesse imaginário a expressão máxima do galeguismo é sempre o independentismo, se somos autonomistas/independentistas temos que tê-lo em todo; e a língua, *locus* privilegiado desse imaginário, tem que ser o seu principal reflexo. Do mito à prática há depois um longo caminho a percorrer, não sempre de forma recta: muitos desses pretendidos independentistas nunca alinham publicamente nesse vector político e muitos mais são colaboradores de direcções políticas de sentido contrário. Pode cada quem defender uma orientação política determinada para a nossa nação e ter uma determinada opinião sobre a sua orientação cultural, mas convém lembrar que se o objectivo é a soberania e a independência culturais, com materiais insuficientes, e em parte importantes iguais aos do "sistema A", não se conseguem, e que aí o reintegracionismo (precisamente sustentado no já comum reconhecimento que antes constatámos de os materiais genuinamente galegos e portugueses serem no substancial os mesmos), é, como

línguas iguais, fronteiriços ou não, e que, muito pelo contrário, um País não está obrigado a unir-se politicamente a outro se partilha com ele a mesma língua. A mistura de planos revela uma argumentação politicamente fraca, porque aqui do que discutimos é de soberania cultural e não política, e porque manter a actual orientação cultural, enquanto esperamos pela desejada independência, mantém-nos perfeitamente instalados sob a soberania cultural espanhola, mesmo independentes politicamente. Mas não isso é o mais importante. O que subjaz na argumentação é o uso do mito romântico da bondade falsamente *ecológica* e *ecodiversa* do povo pequeno, débil, orgulhosamente só no imaginário; na realidade impedido de ir mais além, acomplegado e subalterno. O que não foi precisamente nem o objectivo nem o propósito dessas "élites nacionalistas dos últimos cem anos", que sempre procuraram a independência sistémica galega no quadro galego-português. O pensamento e a prática do Prof. Santamarina e dos seus colegas do ILG não podem reclamar-se herdeiros dos de Murguía, Risco, Castelao ou Villar Ponte. Todo o contrário, certamente.

Respeitamos mas lamentamos este tipo de opiniões. E somos do mesmo parecer a respeito de outras como a do Professor Monteagudo (1995:11), quando afirma, mesmo na continuação do seu texto antes citado:

Así, a presión sociolingüística do castelán, se non atopase resistencias, acabaría por assimilar as falas galegas e convertirlas finalmente en dialectos casteláns. Inversamente, se pola razón que fose, o portugués se convertese na lingua culta de Galicia, os dialectos galegos rematarían sendo dialectos do portugués. Na Galicia de hoxe existen partidarios de cada unha das solucións: o abandono do galego a favor do castelán é a disolución do galego no portugués.

Não nos parecem estas expressões precisamente felizes. É fácil fazer delas uma interpretação de novo demagógica, situando o reintegracionismo (por definição galeguista) ao mesmo nível (de oposição e agressão) que o espanholismo, procedimento que com tristeza temos que qualificar como capcioso e pouco respeitoso com as ideias alheias, impróprio do que conhecemos do Professor Monteagudo. Ele reafirma a ideia (1995:10) segundo a qual uma elite de intelectuais galegos tratou de proposta de defesa e progresso da identidade galega no quadro cultural próprio, a única

“erguer o galego á categoría de lingua cunha identidade propia” “desde hai aproximadamente un século e medio”, o que é notoriamente falso e que, ou manifesta um desconhecimento importante da história do galeguismo e dos seus processos de recuperação de identidade(s) ou, o que nos parece mais correcto, é fruto dum positivismo precário; essa identidade sempre foi procurada no quadro galego-português. Como falaz e insincero é apresentar o *português* como agressor. Fala-se também de *galego* mas nom é definido. Na realidade quando se desce ao terreno da prática e da orientação, o proposto como *galego* caminha alarmantemente para o espanhol. E ainda subjaz a outra falácia burda: a de que o desejo dos reintegracionistas é que *falemos* português. Na verdade, mesmo com os nossos castelhanismos, já o falamos, eles e nós; o que na Galiza chamamos galego (em qualquer das actuais formulações e registros) é o que internacionalmente é chamado português; de resto o reintegracionismo nom postula a adopção de outro sistema fonológico dos vários existentes na língua, mas a conservação do genuíno galego.

III. EM RESUMO: SOBERANIA, IDENTIDADE E COLOCAÇÃO CULTURAL DO GALEGO NO INTERSISTEMA GALEGO-LUSO-AFRO-BRASILEIRO

A *questom galega*, da norma, da língua, da cultura, foi sempre, é, e continuará a ser, umha *questom* de soberania e de colocação cultural, de discurso cultural, de pertença a quê espaço polissistémico, a quê sistema intercultural³³.

No actual estado de cousas, e mesmo no futuro mais ideal para a orientação que as normas vigentes postulam, o sistema espanhol sempre estará, infelizmente como A, como agressor e assimilador para o galego, e nom como interlocutor privilegiado numha comunicação entre iguais: nom já porque quase toda a produção cultural, científica, técnica, chega à cidadania galega por essa via e porque o preenchimento das nossas

maneira de garantir essa independência ou, em geral, essa soberania.

³³ A dimensão internacional da comunicação e dos sistemas culturais é cada vez mais pertinente para a sobrevivência e o modo de existência das comunidades culturais quanto tais, o que demanda umha planificação estratégica sólida, especialmente nas comunidades com menos recursos; neste sentido, o galego está na actualidade inserido de modo maciço no sistema espanhol e no intersistema a que pertence, o espanhol-hispanoamericano. Qual a estratégia da comunidade e, particularmente, dos seus grupos dominantes?

carências sistémicas nos campos do saber, da informação, do ócio, etc., é feita a partir do sistema espanhol³⁴, mas muito fundamentalmente porque a permeabilidade do sistema galego é extraordinária precisamente frente a quem deveria apresentar maior resistência sistémica³⁵. Nom é possível para a sua sobrevivência continuar a obrar como se o espanhol nom existisse e assim dar validez às presentes alternativas.

E o pior é que a política cultural galega é hoje claramente hostil com o português e flagrantemente permissiva com o espanhol. Hostilidade que é, se se me conceder mais algum sentimentalismo, traidora com a língua de Portugal, Brasil e dos Países Africanos de língua oficial portuguesa. Porque sem a existência do referente de reintegração, a mesmíssima norma oficial seria inviável. A norma *oficial* existe, em boa medida, em virtude de que existe o português oficial e soberano em muitas partes do globo, especialmente em Portugal. A nom existir nom existiria tampouco nenhum referente lingüístico que pudesse ajudar, minimamente, na reconstrução que se pretende; como tampouco contribuiria para determinar a validade das escolhas. Essa existência é um recurso, um Repositório cultural de que deitar mao em caso de que mesmo as já fracas margens da actualidade ficassem ainda mais diluídas ou desaparecidas no espanhol; evitou e evitará umha situação similar à do bable. Umha hipotética desapareção dos falantes de português no mundo (particularmente de portugueses e brasileiros e dos reintegracionistas galegos) aceleraria o avançado processo de regionalização do galego no espanhol. Imagine-se e certifique-se essa realidade: cedo seriam sentidas saudades do tronco comum; diacrónica, e sincronicamente.

O galego genuíno, como instrumento sistémico de comunicação, nom encontra nenhum atentado contra a sua soberania na orientação reintegracionista, como nom o

³⁴ Sendo a presença do espanhol esmagadora, qual é a razão por que as instâncias que defendem a actual orientação nunca propugnaram a Importação do livro português? Nom é el melhor garantía de normalização, polo menos enquanto nom os temos *em galego*?. Que se prefere recomendar: o livro espanhol ou o livro português?. Nom é admirável igualmente que, mesmo mantendo um posicionamento lingüístico como o referenciado na norma oficial actual, nom seja recomendado o estudo, o aceso, o aprendizado da língua “diferente, pero irmá”, e dos seus livros? E nom como acção decorativa mas decidida.

³⁵ Tanta que passa a capítulo de drama a felicidade que Manuel Campo Vidal recebeu há algum tempo por *ter aprendido* numha semana o *galego*. Claro que nos felicitamos

encontrou historicamente. Pelo contrário, nutriu-se de bastantes aspectos del que só lhe servirom para progredir. O português é, felizmente e sem preconceitos, um galego evoluído normalizadamente. Numha fala como a nossa que já partilha suficientes traços com o espanhol, a começar pola sua estrutura fonológica, cada vez mais «convergente», perder a possibilidade de (e já que falamos de *normativa*) reforçar-nos com a sua norma na língua escrita é insensato. Hoje que temos mais meios que nunca na história do galeguismo e, também, maiores ameaças que nunca.

Mas, constituída umha normativa, como a vigente, em caminho de subsistema espanhol, ela serve apenas para dar aparência de resistência, nom para conseguir o triunfo do desfrute da própria cultura. Podendo ser a nossa orientação outra, a (in-)consciência ruralizante, o síndrome do reprimido, a tendência a considerar-nos nós próprios minorizados e minoritários, a cultura da débil resistência contínua, necrófila até, alguma, todas estas, outras razons, conduzem-nos a umha situação tam desesperante como paralisadora.

De resto, a pretensa independência do galego a respeito do português é **gritantemente falsa**. Porque nom sendo muitos dos materiais com que é construída a norma os procedentes da unidade lingüística galego-portuguesa, som-no do RO, o espanhol. Nom existem materiais autóctones *galegos* que nom sejam substantivamente também portugueses (e brasileiros, angolanos, etc.). E as variantes que apresentam esses sistemas som perfeitamente (quer dizer-se, sem violentar a própria definição) integráveis no sistema galego; nom som materiais alheios, como já por fim se reconhece. Há em definitivo umha Galiza possível (frente à "Galicia posible"), onde o galego nom morre nem se dilui, mesmo aceitando variantes dos lusos, porque *Galiza*, como *galega*, só é possível colocada no espaço cultural que lhe é próprio, onde pode resolver os seus défices projectivos, sem medo à assimilação e com o favor da garantia de sobrevivência; o resto parece-nos essa soberania imprescindível nos braços do espanhol (sistema cultural, aliás, respeitável que há que começar a olhar de igual a igual, sem complexos e com as possibilidades que nos oferece pola sua acessibilidade).

polo bom empenho do jornalista, mas se o galego é *língua para aprender numha semana* naqueles parabéns vai também a nossa desgraça.

Permita-se-nos colocar um exemplo muito ilustrativo como síntese conclusiva do que vimos dizendo. Tem também um alto valor simbólico.

Em 1877 (repare-se: 1877!!), mais de um século atrás, nas quase origens do nosso galeguismo) Teófilo Braga, o grande polígrafo português, futuro Presidente da Primeira República Portuguesa, escrevia o seguinte no seu *Parnaso Portuguez Moderno* (1877: XXXVI):

Portugal, Galliza e Brazil tão separados pelas vicissitudes politicas, conservam ainda inteira a sua unidade ethnica na tradição litterária³⁶.

Até ao momento, ninguém estudara assim a literatura galeguista; nem ninguém tinha dado a esta tanta categoria.

Honra demais, em opinião de alguns espanhóis. As consequências cedo se produzem. Emilio Castelar, também ilustre polígrafo e já na altura ex-Presidente da Primeira República Espanhola, clamou o *Aquí d'El-Rei* espanhol perante o *perigo português*. Fijou-o no prólogo às *Follas Novas* de Rosalia de Castro (mulher cujo valor simbólico e referencial abstemo-nos aqui obviamente de indicar); isto é, *desde* o sistema galeguista da época. Estas foram as palavras de Castelar:

No olvidemos que hace poco un escritor insigne del vecino reino [Teófilo Braga no *Parnaso Português Moderno*] trazaba una especie de nacionalidad literaria compuesta por portugueses, brasileños y gallegos,

e este o contexto, *galego*, da frase:

Los dolores de Galicia hablan por boca de Rosalía, y los hombres de Estado, los que han tenido el Gobierno en sus manos, que hoy lo

³⁶ O texto, que nom vamos aprofundar (umha aproximação mais detida realizamo-la na nossa Tese de Doutoramento, por enquanto inédita, *A Galiza em Portugal, Portugal na Galiza através das revistas literárias (1900-1936)*, 1995) estende-se depois por outras considerações em que T. Braga justifica a presença da Galiza no *Parnaso*, combate o estereótipo do galego em Portugal, que atribui a umha perda de memória histórica dos portugueses, e entende o processo regionalista na Galiza (País a que maior espaço dedica neste denso prólogo) como sintoma de modernidade, interpretando o encontro futuro de ambas as nações como incurso no seu paulatino progresso.

tienen, los que mañana pueden volver a tenerlo, necesitan, heridos por voces tan dulces como ésta, averiguar la cantidad de satisfacciones que deben darse a las justas exigencias de esas provincias y el remedio que puede colegirse entre todos para sus antiguos e inveterados males. No olvidemos [segue o texto acima transcrito]³⁷.

Estas cosas podían pasar por juegos de la imaginación cuando no habían transcurrido horribles crisis, y no se habían visto ciertas tendencias que podrían reaparecer mañana, ora bajo la bandera del absolutismo, ora bajo la bandera de la demagogia, que tantos desastres han derramado en nuestros territorios y tantas amarguras en nuestros corazones. Para matar el provincialismo exagerado no hay medio como satisfacer las justas exigencias provinciales. No olvidemos que muchas de nuestras regiones, como Galicia, por ejemplo, tienen brillantísima literatura propia, la cual, respondiendo a una ley de la vida, a la ley de variedad, debe coexistir, sin daño de la patria, mayor a medida que crecen sus hijos y se fortifican los órganos que componen su cuerpo y se abrillantan las estrellas que pueblan su cielo. Rosalía, por sus libros de versos gallegos, es un astro de primera magnitud en los vastos horizontes del arte español.

Reiteramos: "Rosalía, por sus libros de versos gallegos [nada menos que *Cantares Gallegos* e *Follas Novas*, livros emblemáticos da nossa soberania cultural], es un astro de primera magnitud en los vastos horizontes del arte español".

Assim conclui o texto do tribuno. Pretendia Castelar esconjurar o perigo e puxar a brasa para as suas sardinhas, quer dizer, para as suas respeitáveis pretensões políticas. Os comentários de Castelar, aliás, vam ter fortuna: tanto para justificarem umha reduzida legitimidade literária galeg(uist)a como para serem censuradas polos seus autênticos objectivos. O ilustre político espanhol é, com a sua atitude, um antecedente de outros intelectuais que mostravam interesses pola literatura galeguista, entre os quais o de esta nom significar umha ruptura com o polissistema espanhol, e é também antecedente de todas aquelas atitudes que subjectiva e/ou objectivamente conduzem a esse final.

Substituir esses "vastos horizontes" em que o galego, como tal, morre, polos próprios e por todos aqueles em que pode ser, florescer, desfrutar, enriquecer-se e desenvolver-se que o mundo lusófono oferece (e poder dialogar com todos os outros

³⁷ Prólogo a *Follas Novas*; citamos pela edição de 1933. Imprensa de J. Pueyo Luna, Madrid.

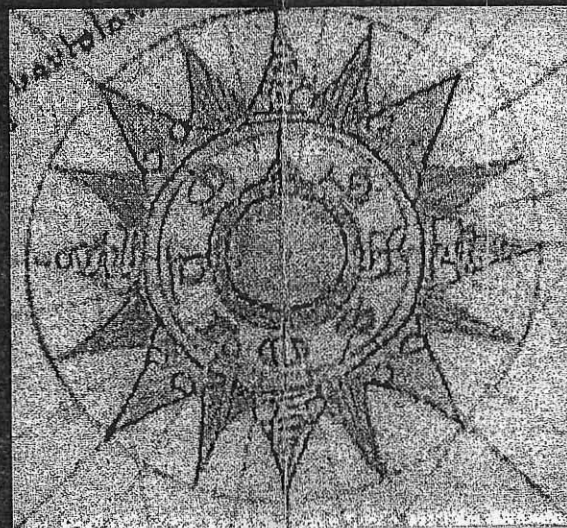
horizontes, vastos ou nom) é o objectivo da orientação reintegracionista que até aqui pretendemos sustentar.

Bibliografía citada

- Associação Galega da Língua: *Estudo crítico das Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego*, A Corunha, AGAL, 1983.
- Álvarez Cáccamo, C.: "O Mercado Lingüístico e o futuro da escrita", *A Nosa Terra*, 712: 26, 1996.
- Beramendi, J. G.: *El Nacionalismo Gallego en el primer tercio del siglo XX*, Tese de Doutoramento inédita, Univ. de Santiago, 1987.
- "Ethnos versus polis? On Method and Nationalism", *Actas do Congreso Internacional "Os Nacionalismos en Europa. Pasado e Presente"*, 1994, pp. 69-110.
- Braga, T.: *Parnaso Português Moderno*, Lisboa, Francisco Arthur da Silva editor, 1877.
- Carré Aldao, E.: *Literatura Gallega* (2ª ed. aum.), Barcelona, Casa Editorial Maucci, 1911.
- Chernov, I.: "National Literature; Theoretical Marginalia", *Poetics Today*, 12(4), 1991, 769-772.
- Even Zohar, I.: "The «Polysystem Theory»", *Poetics Today*, 11 (1), 1990, e, particularmente:
 "Laws of literary Polysystem", 45-52.
 "Interference in Dependend Literary Polysystems", 79-85.
 "System, Dynamics and Interference in Culture: A Synoptic View", 85-96.
- Fernández Rei, F.: "La place de la langue galicienne dans les classifications traditionnelles de la Romania et dans les classifications standarologiques récentes", *Plurilinguismes*, 1993, 89-120.
- "A «questione della lingua» galega", *Estudios de sociolingüística galega*, 177-195, Vigo, Galaxia, 1995.
- Figuerola, A.: *Diglosia e texto*, Vigo, Xerais, 1988.
- "Literatura, Sistema e lectura", *Anuario de Estudios Galegos*, 1994 pp. 97-107.
- Freixeiro Mato, X. R.: "A voltas coa norma lingüística na procura dun necesario pulo normalizador", *A Nosa Terra*, 706:26, 1996.
- Lambert, J.: "Les relations littéraires internationales comme problème de réception", *Oeuvres et Critiques*, XI, pp. 174-189, 1986.
- Machado, Á. M. e Pageaux, D-H.: *Da literatura comparada à teoria da literatura*, Lisboa, Edições 70, 1988.
- Máiz, R.: *O Rexionalismo galego, organización e ideoloxía (1886-1907)*, Sada, Edicións do Castro, 1984.
- A Idea de nación*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 1997.
- Monteagudo, H.: "Limiar", pp. 9-18, in *Estudios de sociolingüística galega*, Vigo, Galaxia, 1995a.

- "Sobre a polémica da normativa do galego", pp. 197-229, in *Estudios de sociolingüística galega*, Galaxia, Vigo, 1995b.
- Pardo Bazán, E.: *De mi tierra*, A Coruña, Tipografía de la Casa de Misericordia, 1888 (citamos por Vigo, Edición Xerais de Galicia, 1984).
- Real Academia Galega e Instituto da Lingua Galega: *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do idioma galego*, Real Academia Galega e Instituto da Lingua Galega, Vigo, 1982.
- Santamarina, A.: "Norma e estándar", pp. 53-97, in *Estudios de sociolingüística galega*, Galaxia, Vigo, 1995.
- Todorov, T.: *Mikhail Bakhtine: le principe dialogique / Suivi de Écrits du Cercle de Bakhtine*, Paris, Seuil, 1981.

CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA Y CULTURA EN LA FRONTERA



1^{er} ENCUENTRO
DE LUSITANISTAS ESPAÑOLES

Tomo II

Cáceres, 10, 11 y 12 de noviembre de 1999



JUNTA DE EXTREMADURA

